



PROCESSO SELETIVO ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO



Universidade
Estadual do Piauí

PROVA ESCRITA OBJETIVA

DATA: 28/08/2016 (Domingo) – HORÁRIO: 9h às 12h (horário do Piauí)

LEIA AS INSTRUÇÕES:

- Você deve receber do fiscal o material abaixo:
 - Este caderno com 30 questões objetivas sem falha ou repetição.
 - Um CARTÃO-RESPOSTA destinado às respostas objetivas da prova.
- Verifique se este material está completo e se seus dados pessoais conferem com aqueles constantes do CARTÃO-RESPOSTA.
- Após a conferência, você deverá assinar seu nome completo, no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA utilizando caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta.
- Escreva o seu nome nos espaços indicados na capa deste CADERNO DE QUESTÕES, observando as condições para tal (assinatura e letra de forma), bem como o preenchimento do campo reservado à informação de seu número de inscrição.
- No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras correspondentes às respostas de sua opção, deve ser feita com o preenchimento de todo o espaço do campo reservado para tal fim.
- Tenha muito cuidado com o CARTÃO-RESPOSTA, para não dobrar, amassar ou manchar, pois este é personalizado e em hipótese alguma poderá ser substituído.
- Para cada uma das questões são apresentadas cinco alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); somente uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você deve assinalar apenas **uma alternativa para cada questão**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**; também serão nulas as marcações rasuradas.
- As questões são identificadas pelo número que fica à esquerda de seu enunciado.
- Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir a este respeito.
- Reserve os 30(trinta) minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão levados em conta.
- Quando terminar sua Prova, antes de sair da sala, assine a LISTA DE FREQUÊNCIA, entregue ao Fiscal o CADERNO DE QUESTÕES e o CARTÃO-RESPOSTA, que deverão conter sua assinatura.
- O TEMPO DE DURAÇÃO PARA ESTA PROVA É DE **3h (TRÊS HORAS)**.
- Por motivos de segurança, você somente poderá ausentar-se da sala de prova após decorridas **2 (duas) horas** do início de sua prova.
- O rascunho ao lado não tem validade definitiva como marcação do Cartão-Resposta, destina-se apenas à conferência do gabarito por parte do candidato.

Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--

Assinatura

Nome do Candidato (letra de forma)

RASCUNHO

01		16	
02		17	
03		18	
04		19	
05		20	
06		21	
07		22	
08		23	
09		24	
10		25	
11		26	
12		27	
13		28	
14		29	
15		30	

NÚCLEO DE CONCURSOS E PROMOÇÃO DE EVENTOS – NUCEPE – PROCESSO SELETIVO ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO - 2016
FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO - ATENÇÃO: Esta parte somente deverá ser destacada pelo fiscal da sala, após o término da prova.

Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--	--

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – DIREITO PÚBLICO

Questão 1

Analise as assertivas e marque a alternativa incorreta:

- a) A CF traz situações de perda dos direitos políticos.
- b) O dispositivo Constitucional que afirma que ninguém será privado de liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal tem eficácia plena e aplicabilidade imediata.
- c) Quando a CF afirma que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito nem a coisa julgada, temos uma norma de eficácia limitada e aplicabilidade imediata.
- d) Em função do princípio da igualdade é permitido ao legislador dar tratamento diferenciado a pessoas diversas.
- e) A defesa dos consumidores na forma da lei é dever do Estado.

Questão 2

Analise as assertivas e marque a alternativa correta:

- a) A comissão parlamentar de inquérito possui autonomia para determinar a entrada em domicílio alheio, com o objetivo de coletar provas que interessem ao poder público.
- b) Os direitos sociais constituem prestações positivas do Estado enquanto que os direitos civis e políticos constituem abstenções por parte do Estado.
- c) A CF assegura de maneira absoluta a liberdade de pensamento.
- d) Os direitos e garantias fundamentais têm como uma das características a imprescritibilidade.
- e) Os direitos e garantias fundamentais podem ser renunciados a critério do cidadão.

Questão 3

Analise as assertivas e marque a alternativa correta:

- a) As pessoas jurídicas não possuem direitos e garantias fundamentais.
- b) Conforme a CF não é dado a ninguém dispor de sua vida no sentido de fulminá-la.
- c) Não há restrições nas limitações dos direitos fundamentais quando conflitarem com outros direitos ou interesses.
- d) Conforme entendimento do STF a inviolabilidade de domicílio restringe-se somente à residência habitual do cidadão.

- e) De acordo com a CF, prescinde de prévia decisão judicial o ingresso, durante o dia, em casa de particular, sem o consentimento deste.

Questão 4

Analise as assertivas e marque a alternativa incorreta:

- a) São invioláveis a intimidade, vida privada, honra e imagem, sendo direitos pertencentes à pessoa física e não jurídica.
- b) As entidades associativas quando expressamente autorizadas, possuem legitimidade para representar seus filiados na esfera judicial.
- c) Conforme a CF, não se admite a privação de liberdade de locomoção em razão de dívidas.
- d) As liberdades de consciência, de religião e de convicção político-filosófica não são absolutas.
- e) As ações afirmativas permitem proporcionar uma isonomia material.

Questão 5

Analise as assertivas e marque a alternativa correta:

- a) Mediante ordem judicial todas as formas de sigilo podem ser quebradas.
- b) As Comissões Parlamentares de Inquérito podem, mediante requisição, quebrar os sigilos bancários, fiscal e telegráfico.
- c) Em todas as circunstâncias é plena a liberdade de associação.
- d) Segundo o STF, o duplo grau de jurisdição, no âmbito da recorribilidade ordinária, consubstancia uma garantia constitucional.
- e) O rol dos direitos e garantias fundamentais estão exaustivamente consignados no título “Dos direitos e garantias fundamentais” da CF.

Questão 6

A propositura da ação regressiva pela Administração Pública contra o servidor causador do dano:

- a) Depende de discricionariedade da administração, podendo propor ou não a ação, consoante razões de oportunidade e conveniência.
- b) Depende que a administração já tenha sido condenada a indenizar a vítima pelo dano

sofrido e que se comprove a culpa do funcionário pelo evento danoso.

- c) Independe que a administração já tenha sido condenada a indenizar a vítima pelo dano sofrido.
- d) É impossível na medida em que os atos da Administração Pública são impessoais e, portanto, não imputáveis a seus funcionários.
- e) Independe de culpa de seu funcionário bastando à ocorrência do dano.

Questão 7

Ao Tribunal de Contas da União, no exercício de sua função institucional de controle externo, compete apreciar para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal da administração Pública Federal:

- a) Excluídos os admitidos pelas sociedades de economia mista.
- b) Inclusive os admitidos pelas empresas privadas concessionárias de serviços públicos.
- c) Inclusive as nomeações para cargos de provimento em comissão.
- d) Exceto as nomeações para cargos de provimento em comissão.
- e) Excluídos os admitidos por fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Questão 8

Tratando-se de acumulação de cargo e empregospúblicos, avalie a situação seguinte e marque a resposta VERDADEIRA.

José Francisco aposentado como professor da Universidade Federal do Piauí, pretende submeter-se ao concurso para Professor da Universidade Estadual do Piauí. Uma vez aprovado aponte a conduta lícita.

- a) Poderia assumir o cargo de professor da Universidade Estadual, tendo em vista que são situações possíveis de acumulação.
- b) Poderia assumir o cargo de professor da Universidade Estadual, recebendo as duas remunerações até o momento de se aposentar quando passará a receber a de maior valor.
- c) Poderia assumir o cargo recebendo somente a aposentadoria da Universidade Federal.
- d) Somente poderia assumir o cargo se renunciasse a aposentadoria da Universidade Federal.
- e) Não poderia assumir o cargo de professor da Universidade Estadual, tendo em vista que

não pode acumular uma aposentadoria com cargo na ativa.

Questão 9

Servidor demitido do serviço público, após processo administrativo disciplinar que constatou seu envolvimento em ilícito administrativo, pode vir a ser reintegrado no cargo se em instância criminal obtiver sentença de absolvição, com referência aos mesmos fatos?

- a) Sim, se a absolvição criminal tiver sido fundamentada na negativa de autoria ou inexistência do crime.
- b) Não, porque as jurisdições penal e administrativa são autônomas.
- c) Sim, pois a decisão judicial é superior à decisão administrativa qualquer que seja o argumento do recurso do demitido.
- d) Não, porque na esfera administrativa também há processo formal com o objetivo de extração da verdade real, sendo este superior a qualquer decisão judicial.
- e) Não, pois não se admite recorrer ao Poder Judiciário de pena sofrida na esfera administrativa.

Questão 10

Sobre o acesso aos cargos públicos, mencione os que são privativos de brasileiro nato.

- a) Diplomata, professor universitário federal e presidente do Senado Federal.
- b) Presidente da Câmara, Diplomata e Ministro da Educação.
- c) Ministro do Supremo, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho e Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- d) Ministro da Defesa, Diplomata e oficial das Forças Armadas.
- e) Presidente da Câmara, Presidente do Senado e Ministro da Fazenda.

Questão 11

Determinado Estado, localizado na Região Norte do país, instituiu mediante lei específica, a contribuição para custeio do serviço de iluminação pública. Nessa linha, com base na competência tributária prevista nas normas constitucionais em vigor, tal contribuição instituída pelo respectivo estado membro da Federação é:

- a) Constitucional, sendo possível sua cobrança com base nas regras constitucionais em vigor.
- b) Inconstitucional, por ser o referido tributo de competência tributária da União Federal.

- c) Inconstitucional, por ser o referido tributo de competência do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) Inconstitucional, visto que só lei complementar poderá instituir o referido tributo.
- e) Constitucional, por ser um tributo vinculado de competência comum aos entes federativos.

Questão 12

Em se tratando de competência residual, pode-se afirmar:

- a) Os Estados não podem criar taxas que tenham base de cálculo idêntica dos impostos.
- b) Os Estados só podem criar impostos que não tenham fato gerador ou base de cálculo idênticos aos dos impostos previstos na Constituição.
- c) A União não pode criar empréstimos compulsórios que tenham base de cálculo idêntica a dos impostos previstos na Constituição.
- d) A União não pode criar impostos cumulativos.
- e) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios só podem criar impostos que não tenham fato gerador ou base de cálculo idênticos aos dos impostos previstos na Constituição.

Questão 13

Como forma de resolver lacunas no direito tributário, a autoridade aplicadora da lei deve fazer uso de quatro instrumentos jurídicos, em uma ordem especificada em lei. Em relação a essa ordem, assinale a opção correta:

- a) A analogia deve vir antes dos princípios gerais de direito público.
- b) A equidade deve vir antes da analogia.
- c) Os princípios gerais de direito tributário devem vir antes da analogia.
- d) A equidade deve vir antes dos princípios gerais de direito tributário.
- e) Os princípios gerais de direito público devem vir antes dos princípios gerais de direito tributário.

Questão 14

Assinale a opção em que está correta a correlação entre um tributo e sua espécie de lançamento principal:

- a) IPTU – lançamento por homologação.
- b) IR – lançamento de ofício.
- c) IPVA – lançamento por homologação.

d) Contribuição de Iluminação Pública – lançamento misto.

e) IPI - lançamento por homologação.

Questão 15

A Constituição Federal preceitua a repartição das receitas tributárias. Em face disto, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Pertencem aos Municípios vinte e cinco por cento da arrecadação do imposto do Estado ICMS.
- b) Pertencem aos Municípios vinte e cinco por cento da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- c) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal vinte por cento do produto da arrecadação do imposto residual que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pela Constituição Federal.
- d) Pertencem aos Municípios o produto de arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- e) Pertence aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

Questão 16

Em relação à pena de prestação pecuniária, é incorreto afirmar que:

- a) Será de importância não inferior a 01 salário mínimo nem superior a 360 salários mínimos.
- b) Consiste no pagamento de dinheiro à vítima, a seus dependentes, ou a entidades públicas, não se prevendo pagamento a entidade privada.
- c) O valor pago será deduzido do montante de eventual condenação em ação de reparação civil, se coincidentes os beneficiários.
- d) Pode ser objeto de transação na fase preliminar do procedimento sumaríssimo da Lei dos Juizados Especiais Criminais.
- e) Poderá substituir, integralmente a pena privativa de liberdade.

Questão 17

Após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, intimado a pagar a pena de multa que lhe fora fixada, não o fazendo, o condenado poderá:

- a) Ter a pena de multa convertida em pena privativa de liberdade.
- b) Ter sua dívida inscrita na fazenda pública, com a consequente execução fiscal.
- c) Ter a sua pena de multa convertida em pena restritiva de direitos.
- d) Ter o valor da pena de multa aumentado.
- e) Ter o perdão judicial.

Questão 18

Frívolo (14 anos) bastante desgostoso com a vida, pois havia reprovado na escola, solicitou a arma de fogo de seu amigo *Cantagalo*, dizendo ao mesmo que iria caçar. Após receber a arma, *Frívolo* foi até sua casa e, apontando a arma para sua cabeça, acionou várias vezes o gatilho, contudo não obteve êxito no intento, tendo em vista que a arma estava com defeito. Diante do fato narrado, marque a alternativa correta.

- a) *Cantagalo* irá responder pelo Crime de Induzimento, Instigação ou Auxílio ao Suicídio, pois, *Frívolo* não obteve o êxito em se matar.
- b) *Cantagalo* irá responder por tentativa de suicídio.
- c) *Cantagalo* não irá responder pelo Crime de Induzimento, Instigação ou Auxílio ao Suicídio, pois da tentativa de suicídio, não houve o resultado morte ou Lesão Corporal Grave.
- d) *Cantagalo* não irá responder pelo crime de Induzimento, Instigação ou Auxílio ao Suicídio, por total ineficácia do meio utilizado.
- e) *Cantagalo* irá responder por Induzimento ao suicídio, mesmo *Frívolo* não tendo obtido êxito.

Questão 19

No tocante aos Crimes contra o Patrimônio, é correto afirmar:

- a) O repouso noturno no crime de Furto é circunstância qualificadora do crime.
- b) O crime de Extorsão mediante sequestro consuma-se com o recebimento do resgate para a liberação da vítima.
- c) *Carafestus* foi até um restaurante e lá consumiu uma refeição, contudo no momento em que foi efetuar o pagamento, viu que havia sido vítima de furto, pois subtraíram sua carteira porta cédulas, e com isto não pode realizar o pagamento da refeição. *Carafestus* praticou

o crime de Outras Fraudes tipificado no artigo 176 do CP.

- d) É isento de pena quem comete qualquer dos crimes contra o patrimônio em prejuízo do cônjuge, na constância da sociedade conjugal, desde que não seja Roubo ou Extorsão, e que não haja emprego de grave ameaça ou violência à pessoa.
- e) A circunstância da existência de dois ou mais autores, é causa de aumento no crime de Furto, ao passo que é qualificadora no crime de Roubo.

Questão 20

Marque a alternativa incorreta.

- a) O funcionário público que por indulgência deixa de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo, deverá responder pelo crime de condescendência criminosa.
- b) O funcionário público que solicita para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, pratica o crime de corrupção passiva.
- c) Aquele que der causa a instauração de inquérito civil, imputando a outrem, crime de que o sabe inocente, estará praticando o crime de denunciação caluniosa.
- d) O preso que tentar evadir-se do estabelecimento em que cumpre pena, utilizando-se de violência contra a pessoa, responderá por crime de fuga de pessoa presa ou submetida a Medida de Segurança.
- e) Desacatar Funcionário Público no exercício da função ou em razão dela é crime.

Questão 21

X contratou um plano de saúde com cobertura integral e sem carência junto à operadora Saúde 100%, em 19 de outubro de 2012. Seis meses depois, precisou se submeter a uma cirurgia na coluna, mas o plano se negou a cobri-la, sob alegação de que tal procedimento não estava previsto em contrato. Inconformado, X ajuizou ação visando ao cumprimento forçado da obrigação, demanda essa distribuída perante a 5ª Vara Cível da comarca de Teresina, de titularidade do magistrado Y. Após regular tramitação, o pedido autoral foi julgado procedente, tendo em sentença sido fixado o prazo de 10 dias para a efetivação da cirurgia, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 por dia de atraso. Três meses depois do trânsito em julgado,

e ainda não tendo sido cumprida a obrigação, X requereu a majoração da multa diária, pedido este indeferido pelo juiz Y, sob alegação de estar impedido de atuar por força da coisa julgada material. Sobre os fatos, assinale a afirmativa correta.

- a) A multa poderia ser aumentada, ou até mesmo substituída por outra medida de apoio mais efetiva, a fim de concretizar o direito do autor.
- b) O magistrado agiu corretamente, cabendo ao autor apenas cobrar a multa vencida.
- c) A multa somente poderia ser aumentada se o autor conseguisse modificar a sentença por meio de uma ação rescisória.
- d) A multa não poderia ser aumentada, mas o juiz poderia condenar a empresa ré a pagar danos morais ao autor.
- e) nenhuma das anteriores.

Questão 22

Bruna trafegava regularmente a 40 km/h em uma rua da cidade de Teresina/PI quando seu carro foi abalroado pelo veículo de Vanessa, que ao atender a uma ligação do telefone celular enquanto dirigia, perdeu a direção e invadiu a pista contrária de rolamento, causando o acidente. Acalmados os ânimos, as partes não chegaram a um acordo, pelo que Bruna ajuizou, perante a 2ª Vara Cível de Teresina/PI, uma ação de reparação de danos materiais, danos morais e lucros cessantes contra Vanessa, que após ser regularmente citada, contestou todos os pedidos autorais, alegando não ter dado causa ao acidente. Em sentença, após o tramitar processual em que foram cumpridas todas as exigências procedimentais, o magistrado julga procedentes os pedidos de danos materiais e de danos morais, rejeitando porém, o de pedido de lucros cessantes, por entender inexistirem provas desse dano alegado, tendo tal sentença transitada em julgado em 19/10/2012. Sobre os fatos descritos, assinale a afirmativa correta.

- a) Bruna poderá propor uma nova demanda com o objetivo de obter os lucros cessantes, desde que apresente, nesse novo processo, as provas da ocorrência desse dano.
- b) Se Vanessa quiser se valer de uma ação rescisória, terá somente até o dia 19/10/2013 para fazê-lo, sob pena de decadência.
- c) Admitindo-se a hipótese de que Vanessa descobrisse que o juiz é irmão de Bruna, ela

poderia se valer de uma ação anulatória para fazer cessar os efeitos da sentença, haja vista a falta de imparcialidade do julgador.

- d) Eventual ação rescisória proposta por Vanessa não impede a execução da decisão da sentença por parte de Bruna, ainda que Vanessa demonstre que a sentença foi injusta.
- e) Nenhuma das anteriores.

Questão 23

Robespierre, cidadão francês, foi parte em procedimento arbitral que teve como sede uma câmara localizada em Paris, na França, tendo este também sido o local onde a sentença foi proferida. Ele obteve êxito em sua pretensão, que foi julgada conforme a legislação francesa, e agora, deseja receber da parte sucumbente os valores a que faz jus. A parte devedora é brasileira e possui patrimônio no Brasil, sendo a condenação de natureza cível. Ele procura você para, como advogado(a), orientá-lo.

Assinale a opção que indica o procedimento que Robespierre deve adotar.

- a) Iniciar procedimento de cumprimento de sentença perante uma das varas cíveis da comarca onde está localizada a devedora, uma vez que a sentença arbitral, conforme legislação processual brasileira, é título executivo judicial.
- b) Ajuizar ação de execução perante uma das varas cíveis da comarca onde está localizada a devedora, uma vez que a sentença arbitral, conforme legislação processual brasileira, é título executivo extrajudicial.
- c) Dar início aos trâmites para recebimento dos valores perante os tribunais de Paris, na França, uma vez que esse foi o local onde foi conduzido o procedimento de arbitragem.
- d) Obter, preliminarmente, a homologação da sentença arbitral perante o Superior Tribunal de Justiça, uma vez que, pelas características narradas na questão, trata-se de sentença arbitral estrangeira.
- e) Pedir a homologação da sentença em Tribunal Arbitral brasileiro, depois executar na justiça federal.

Questão 24

Marcos foi citado em processo de execução, em virtude do descumprimento de obrigação consubstanciada em nota promissória por ele emitida. Alegando excesso de execução, por ter efetuado o pagamento parcial da dívida, Marcos opôs embargos à execução.

Sobre esses embargos, assinale a afirmativa correta.

- a) Constituem-se em ação autônoma, razão pela qual serão autuados e distribuídos livremente, em homenagem ao princípio do juiz natural.
- b) Em regra, suspendem a execução.
- c) São cabíveis tanto nas execuções autônomas quanto no cumprimento de sentença.
- d) Seu oferecimento independe de efetivação da penhora, depósito ou caução.
- e) Nenhuma das anteriores.

Questão 25

Aloísio ajuizou ação de anulação de casamento em face de Júlia. No curso do processo, o juiz designou audiência de instrução e julgamento para colheita dos depoimentos pessoais de Aloísio e Júlia e oitiva das testemunhas. Considerando as regras sobre depoimento pessoal previstas no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- a) O Código de Processo Civil admite que Júlia se valha da escusa do dever de depor sobre fatos torpes que lhe forem imputados por Aloísio.
- b) Aloísio e Júlia, apesar de devidamente intimados, poderão se recusar a depor, sem que seja aplicada a pena de confissão, por ser o depoimento pessoal mero meio de prova.
- c) Aloísio e Júlia deverão responder pessoalmente sobre os fatos articulados, podendo consultar notas breves, desde que objetivem completar os esclarecimentos.
- d) O Código de Processo Civil veda expressamente que o juiz, de ofício, determine o comparecimento pessoal de Aloísio e Júlia, a fim de interrogá-los sobre os fatos da causa.
- e) Aloísio e Júlia deverá responder por escrito as perguntas formuladas pelos advogados, mas deverá responder verbalmente as perguntas formuladas pelo Juiz.

Questão 26

Em relação ao inquérito policial podemos afirmar que logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

- a) Dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.

- b) Apreender primeiramente os objetos que tiverem relação com o fato, antes de liberados pelos peritos criminais.
- c) Colher somente as provas subjetivas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.
- d) Ouvir o ofendido.
- e) Ouvir o indiciado, devendo o respectivo termo ser assinado por uma testemunha que lhe tenham ouvido a leitura.

Questão 27

Incumbirá ainda a autoridade policial no inquérito policial:

- a) Realizar as diligências requisitadas somente pelo juiz.
- b) Cumprir os mandados de prisão expedidos pelas autoridades públicas.
- c) Fornecer às autoridades judiciárias as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos.
- d) Representar acerca da prisão administrativa.
- e) Averiguar a vida pregressa da vítima, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime, e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do seu temperamento e caráter.

Questão 28

De acordo com a legislação processual penal a denúncia ou queixa conterá:

- a) A qualificação da vítima e das testemunhas ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-los.
- b) A exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias.
- c) A classificação da contravenção e identificação do juiz responsável.
- d) Sempre o rol das testemunhas.
- e) A individualização completa da vítima

Questão 29

No que diz respeito a competência por conexão ou continência o código de processo penal estabelece que:

- a) A competência será determinada pela conexão se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas

em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras.

b) A competência será determinada pela conexão se, em casos diferentes, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas.

c) A competência será determinada pela conexão quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias acessórias influírem na prova de outra infração.

d) A competência será determinada pela continência quando três ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.

e) A competência será determinada pela continência quando somente a prova de uma contravenção e de suas circunstâncias acessórias influírem na prova de um crime.

Questão 30

Em relação a sentença o juiz, ao proferir sentença penal condenatória:

a) Não mencionará as outras circunstâncias apuradas e tudo o mais que deva ser levado em conta na aplicação da pena.

b) Fixará valor Máximo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido.

c) Atenderá, quanto à aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança, ao disposto no Código de Processo Civil.

d) Mencionará as circunstâncias agravantes ou atenuantes definidas no Código Penal, e cuja existência reconhecer.

e) Determinará se a sentença deverá ser publicada parcialmente ou em resumo e designará o jornal em que será feita a publicação.